

Demonstrações Contábeis

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisco F. A. Noronha Andrade', is written over the printed name.

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.086	3.225
Contas a receber de clientes	5	3.615	1.966
Estoques		771	-
Ativo contratual da concessão	6	18.646	17.425
Outros ativos circulantes		1.074	591
Total do ativo circulante		27.192	23.207
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	5	-	1.338
Títulos e valores mobiliários	7	1.992	1.134
Ativo contratual da concessão	6	221.952	218.463
Depósitos judiciais e cauções	14	4	9
Total do realizável a longo prazo		223.948	220.944
Imobilizado			
Total imobilizado		42	41
Total do ativo não circulante		223.990	220.985
Total do ativo		251.182	244.192
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		750	259
Empréstimos e financiamentos	8	1.700	1.720
Debêntures	9	-	15.086
Dividendos a Pagar	10 e 15	3.124	-
Contrato de mútuo - parte relacionada	10	-	2.500
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	11.1	247	189
Provisão para contrato oneroso	12	818	732
Outros passivos circulantes		1.549	2.128
Total passivo circulante		8.188	22.614
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	43.579	45.174
PIS e COFINS diferidos	13	8.817	8.665
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	11.2	7.428	7.311
Provisão para contrato oneroso	12	8.474	8.474
Provisão para contingências	14	7	3
Total passivo não circulante		68.305	69.627
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	112.003	111.864
Adiantamento para aumento de capital	15	15.819	139
Reserva de lucros		46.867	39.948
Total patrimônio líquido		174.689	151.951
Total passivo e do patrimônio líquido		251.182	244.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita de infraestrutura, operação e manutenção e outras, líquidas	16	6.644	14.076
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	16	22.163	24.923
Receita operacional líquida		28.807	38.999
Custos dos bens construídos e serviços prestados	17	(6.884)	(15.370)
Lucro bruto		21.923	23.629
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(1.519)	(2.742)
Outras despesas operacionais	18	-	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		20.404	20.887
Despesas financeiras	19	(6.483)	(6.680)
Receitas financeiras	19	217	208
Resultado financeiro líquido		(6.266)	(6.472)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.138	14.415
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(853)	(577)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(132)	(745)
Lucro líquido do exercício		13.153	13.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	13.153	13.093
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>13.153</u>	<u>13.093</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro 2022		108.449	-	1.343	25.512	-	-	135.304
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.554	-	-	-	-	3.554
Aumento de capital	15	3.415	(3.415)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.093	13.093
Constituição de reserva legal	15	-	-	655	-	-	(655)	-
Proposta de constituição de reserva de lucros retidos	15	-	-	-	-	9.328	(9.328)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	3.110	-	(3.110)	-
Saldos em 31 dezembro 2023		111.864	139	1.998	28.622	9.328	-	151.951
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	-	15.680	-	-	-	-	15.680
Aumento de capital	15	139	-	-	-	-	-	139
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.153	13.153
Constituição de reserva legal	15	-	-	658	-	-	(658)	-
Proposta de constituição de reserva de lucros retidos		-	-	-	-	9.371	(9.371)	-
Dividendos pagos	15	-	-	-	(3.110)	-	-	(3.110)
Dividendos mínimos obrigatórios	15	-	-	-	-	-	(3.124)	(3.124)
Saldos em 31 dezembro 2024		112.003	15.819	2.656	25.512	18.699	-	174.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	14.138	14.415
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação	3	5
Rendimentos de aplicações financeiras (caixa restrito)	(217)	(128)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	2.555	2.619
Encargos financeiros sobre debêntures	648	2.598
Outros encargos financeiros	-	50
Provisão (reversão) de contingências	4	3
Provisão para contrato oneroso	86	320
Receita do ativo contratual de concessão	(28.576)	(39.932)
PIS e COFINS diferidos	152	884
Outros	(31)	-
	(11.238)	(19.166)
Variações dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(310)	(1.969)
Depósitos judiciais	5	(9)
Ativo contratual de concessão	23.866	17.214
Estoques	(771)	-
Outros ativos	(483)	(255)
Variações dos passivos operacionais		
Fornecedores	492	(339)
Outros passivos	(577)	1.671
Juros pagos de financiamentos	(2.537)	(2.658)
Juros pagos de debêntures	(6.730)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(787)	(350)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	930	(5.861)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Movimentação de Títulos e valores mobiliários	(641)	(1.006)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(641)	(1006)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de aumento de capital	139	3.415
Recursos provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital	15.680	139
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.633)	(1.682)
Pagamento de debêntures	(9.004)	-
Pagamentos de Dividendos	(3.110)	-
Pagamento de Mútuo - partes relacionadas	(2.500)	2.450
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades de financiamento	(428)	4.322
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(139)	(2.545)
Varição em caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.225	5.770
No final do exercício	3.086	3.225
Varição em caixa e equivalentes de caixa	(139)	(2.545)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), é uma sociedade constituída como “Sociedade Anônima” de capital fechado e domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, 4º andar, conjunto 41, Vila Olimpia, na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela Parnaíba Transmissão e Participações S.A que até maio de 2024 tinha a denominação social de LC Energia Holding S.A.

Em 14 de julho de 2023, a Parnaíba Transmissão e Participações S.A. celebrou com o fundo XP Infra II Fundo De Investimento em Participações em Infraestrutura (“XP Infra”) o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“CCVA”) que trata da alienação da totalidade das ações para a XP Infra II. A alienação da totalidade das ações foi concluída no dia 22 de março de 2024, onde a XP Infra II se tornou a única controladora da Parnaíba Transmissão.

A Companhia tem por objeto social explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia, prestado mediante a construção, montagem, operação e a manutenção de subestações, linhas de transmissão e seus terminais, transformadores e suas conexões e demais equipamentos, incluindo os serviços de apoio administrativo, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 21 de setembro de 2018, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 28/2018 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

As instalações de transmissão estão localizadas no estado do Piauí, e são compostas pela Subestação Chapada I - Chapada II, em 230 kV, circuito simples com extensão aproximada de 12 km, com origem na Subestação Chapada I e término na Subestação Chapada II, e pela Linha de Transmissão Chapada II - Chapada III, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 18 km, com origem na Subestação Chapada II e término na Subestação Chapada III; pelo pátio novo em 138 kV na SE Chapada I 230/138-13,8 kV, 2 x 200 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, , instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da concessão	Início da operação prevista em contrato	Índice de reajuste anual do contrato
Nº 28/2018	21/09/2018 a 21/09/2048	21/07/2022	IPCA

A data de entrada em operação comercial foi entre 09 e 23 de junho de 2022, sendo 13 funções de transmissão com TLD emitidos e 7 com TLP emitidos.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial

A receita anual permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, no valor histórico de R\$9.350. Tal receita anual permitida (RAP) é corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos das cláusulas do contrato de concessão. A RAP é acrescida das despesas de PIS/COFINS conforme definido contratualmente. A RAP contempla o valor do principal mais valores dos reforços 1 e 2, conforme nota explicativa 6. Em dezembro de 2024 o valor corrigido da RAP é de R\$25.162 (R\$24.230 em 31 de dezembro de 2023 conforme resolução homologatória 3216/2023), conforme resolução homologatória 3348/2024.

A receita anual permitida (RAP) será faturada pela Companhia, em duodécimos, a cada mês civil, contra os usuários da rede básica, conforme regulamentação da ANEEL e condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão - CPST, bem como definições do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

Revisão tarifária

A ANEEL procederá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, utilizando uma metodologia de cálculo com base no custo de Capital de Terceiros.

O índice de reposicionamento da revisão tarifária periódica em julho/2024, conforme resolução 3343/2024 foi de 2,77% corresponde a receita básica e 5,02% das receitas de reforços (REA 12076/2022).

A próxima revisão tarifária está prevista para 1º de julho de 2029.

Reforço nas instalações

Resolução nº 9.331

Em 13 de outubro de 2020, a ANEEL autorizou a Companhia, através da resolução autorizativa nº 9.331, substituída pela resolução nº 9.981 em 18 de maio de 2021, a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, assim como estabeleceu os valores das correspondentes parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e prazo de execução para estes reforços.

O escopo do Reforço consiste na instalação de três autotransformadores monofásicos de 200MVA cada na tensão primária de 500kV, secundária de 230kV e terciária de 13,8kV, com possibilidade de inclusão de uma quarta unidade que ficará como reserva fria para as demais.

A entrada em operação comercial do Reforço ocorreu em 08 de agosto de 2023. Conforme resolução nº 9.331, após a conclusão do Reforço foi incorporada uma RAP adicional no montante de R\$6.610 corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, sendo que no primeiro reajuste, a data de referência foi 01 de junho de 2020.

Resolução nº 11.410

Em 22 de março de 2022, a ANEEL autorizou a Companhia, através da resolução autorizativa nº 11.410, a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, assim como estabeleceu os valores das correspondentes parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e prazo de execução para estes reforços.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

Reforço nas instalações--Continuação

Resolução nº 11.410--Continuação

O escopo do Reforço consiste na instalação de unidade Reserva de autotransformador Monofásico 500/230 kV-200 MVA.

A entrada em operação comercial do Reforço ocorreu em 08 de agosto de 2023. Conforme resolução nº 11.410, após a conclusão do Reforço foi incorporada uma RAP adicional no montante de R\$1.508 corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, sendo que no primeiro reajuste, a data de referência foi 01 de junho de 2020.

Prorrogação da concessão

A critério exclusivo do poder concedente e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 4º da Lei nº 9.074, de 1995, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. Com exceção a eventuais investimentos incrementais não amortizados, o contrato de concessão não prevê a indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no término do contrato de concessão, conseqüentemente na configuração do plano de negócios ou no cálculo de ativo contratual, a Companhia não considerou nenhum valor residual a título de indenização ao término do contrato de concessão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (R1) Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Gera, na elaboração das suas demonstrações contábeis de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, não havendo conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e concluíram que as referidas demonstrações contábeis traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 10 de abril de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, os montantes apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota explicativa 6 - Ativo contratual da concessão: contabilização de contratos de concessão;
- Nota explicativa 11 - Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: constituição de IRPJ e CSLL diferido;
- Nota explicativa 12 - Provisão para contrato oneroso: contabilização da obrigação presente do contrato oneroso;
- Nota explicativa 13 - PIS e COFINS diferidos: constituição de passivo fiscal diferido.
- Nota explicativa 14 - Provisão para contingências: contabilização dos casos prováveis e divulgação dos possíveis.

2.4.1. Estimativas e premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais para Companhia têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos e passivos financeiros

a) *Ativos financeiros*

i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

a) *Ativos financeiros*--Continuação

i) Classificação e mensuração--Continuação

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

b) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros estão descritos a seguir:

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

3.1.1. Ativos e passivos financeiros--Continuação

b) *Passivos financeiros--Continuação*

Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Contrato de mútuo - parte relacionada

O contrato de mútuo é reconhecido, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. É uma transação financeira entre as empresas do Grupo, sendo classificada como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, é apresentado como passivo não circulante.

3.1.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e bancos, mensurados ao custo amortizado, e equivalentes de caixa, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual da concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir a infraestrutura de transmissão, uma vez que o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção, sendo mensurado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho tornar-se um contas a receber (ativo financeiro), mensurado de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo em vista que a Companhia passa a ter direito incondicional ao recebimento.

O valor do ativo contratual da concessão é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que representa a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, sendo estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita de 9,91% a.a., para os ativos referentes ao contrato de concessão e 10,31% a.a. e 10,11% a.a., para os ativos referentes aos reforços 1 e 2, respectivamente, que representam o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; (ii) atualizado pelo IPCA; (iii) revisado a cada 5 (cinco) anos pelo poder concedente na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado. Os recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão.

3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita--Continuação

- (ii) Receita de remuneração do ativo contratual da concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente.

- (iii) Parcela variável por atraso (PVA): O período de atraso na entrada em operação de novas FT a partir da zero hora do dia subsequente à data estabelecida será considerado como indisponibilidade por atraso na entrada em operação, resultando em desconto na RAP correspondente às funções de transmissão (FT) em atraso. O valor de desconto da PVA é apurado e divulgado pelo ONS, sendo calculado de acordo com os seguintes critérios:
 - (a) O desconto na RAP somente incidirá sobre atraso de FT novas, sejam integrantes de concessões licitadas ou não.
 - (b) O período de atraso será apurado em base mensal, limitado em 90 (noventa) dias para efeito de desconto.
 - (c) O valor por dia de atraso nos primeiros 60 (sessenta) dias corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do valor “pro rata-dia” do PB da FT.
 - (d) O valor por dia de atraso no período entre o 61º (sexagésimo primeiro) dia e o 90º (nonagésimo) dia, corresponderá ao valor “pro rata-dia” do PB da FT.
 - (e) O valor da PVA será descontado em parcelas iguais nos (18) dezoito primeiros meses a partir da consideração na apuração mensal de serviços e encargos da transmissão da entrada em operação comercial da FT.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ativo contratual da concessão--Continuação

3.2.1. Reconhecimento e mensuração de receita--Continuação

- (iv) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

As receitas de construção e remuneração do ativo contratual da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, no passivo não circulante.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202. os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto que é de 25%.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Dividendos--Continuação

A Companhia ao auferir lucro poderá distribuir juros sobre capital próprio e dividendos intermediários na forma e nos limites da legislação aplicável, somente com a devida aprovação de seus diretores.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3.5.1. Provisão para contrato oneroso

Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Provisões--Continuação

3.5.2. Provisão para contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui processos cujo prognóstico de perda provável, conforme demonstrado na nota explicativa 14.

3.5.3. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Ativos e passivos circulantes e não circulantes--Continuação

- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.7. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.8. Tributação

3.8.1. PIS e COFINS diferidos

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Tributação--Continuação

3.8.1. PIS e COFINS diferidos--Continuação

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 3.2.

3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados pelo regime do lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 8% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 12% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

3.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

3.10.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações de normas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 foram as seguintes:

- CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1) - Classificação de passivos como circulante ou não circulante com Covenants;
- CPC 03 (R2) Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7) - Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (risco sacado);
- CPC 06 (R2) Arrendamentos (IFRS 16) - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior;
- CPC 09 Demonstração do valor adicionado. Esclarecimentos sobre a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (R1).

As referidas alterações não trouxeram impactos relevantes para as demonstrações contábeis da Companhia.

3.10.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações--Continuação

3.10.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes--Continuação

- Alterações ao CPC 02 (R2) Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade Ausência de conversibilidade (vigência: 01/01/2025).
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (vigência: 01/01/2025).
- Alterações ao IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (vigência: 01/01/2027).
- Alterações ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (vigência: 01/01/2027).

A Administração segue avaliando os possíveis impactos da adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras, especialmente na estrutura da demonstração do resultado, nos fluxos de caixa e aguardará as orientações do CPC quanto à aplicação deste pronunciamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	1	1
Bancos	2	886
Aplicação financeira (i)	3.083	2.338
Total	<u>3.086</u>	<u>3.225</u>

(i) O saldo desse grupo é composto principalmente de aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As aplicações tiveram uma taxa de remuneração de 75% a 98% (CDI) com uma taxa média de 9,37% em 2024. Em 2023 a taxa média de remuneração foi de 98% (CDI).

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias (i)	2.579	1.411
CCT / DIT (ii)	1.036	1.893
Total	3.615	3.304
Circulante	3.615	1.966
Não circulante	-	1.338

- (i) A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.
- (ii) Refere-se a receita proveniente do acesso de outras concessionárias à suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão), e possui a expectativa de recebimento a longo prazo.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	3.427	3.304
Vencidos até 90 dias	148	-
Vencidos mais de 90 dias	40	-
Total	3.615	3.304

6. Ativo contratual da concessão

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Descrição	Simões		
	Principal	Reforço 1	Reforço 2
Linhas de Transmissão			
Margem de construção	2,44%	2,44%	2,44%
Margem de operação e manutenção	50,99%	(46,13)%	128,44%
Taxa de remuneração	9,91%	10,31%	10,11%
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA
RAP Anual - Ciclo 2024-2025	14.723	8.619	1.820

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativo contratual da concessão--Continuação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	235.888	213.170
Receita de construção	-	10.654
Margem de construção	-	259
Receita de operação e manutenção	4.286	3.020
Margem de operação e manutenção	703	932
Remuneração do ativo de contrato	23.002	25.749
Recebimento RAP	(23.866)	(17.214)
Provisão de PVA	585	(682)
Saldo final	<u>240.598</u>	<u>235.888</u>
Circulante	18.646	17.425
Não circulante	221.952	218.463

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conta vinculada (i)	1.992	1.134
Total	<u>1.992</u>	<u>1.134</u>

(i) Conta corrente vinculada ao Banco do Nordeste do Brasil constituída para atender às cláusulas restritivas do contrato de empréstimos e financiamentos.

8. Empréstimos e financiamentos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

<u>Operação</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Periodicidade amortização</u>	<u>(Taxa efetiva de juros)</u>
Empréstimo BNB (i)	45.174	46.807	15/09/2040	Mensal	0,991% a.a.
Encargos financeiros sobre empréstimos	105	87			
Total	<u>45.279</u>	<u>46.894</u>			

(i) Sobre a dívida, incide a taxa de juros mensais, calculados através da taxa de juros dos fundos constitucionais -TFC, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,991% a.a.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	Captações	Despesa de juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2023
Empréstimo BNB (i)	48.615	-	2.619	(1.682)	(2.658)	46.894
Total	48.615	-	2.619	(1.682)	(2.658)	46.894

	31/12/2023	Captações	Despesa de juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
Empréstimo BNB (i)	46.894	-	2.555	(1.633)	(2.537)	45.279
Total	46.894	-	2.555	(1.633)	(2.537)	45.279

Circulante	1.720					1.700
Não circulante	45.174					43.579

(i) A Companhia realizou contrato de empréstimo junto ao Banco Nordeste, em maio de 2022, com vencimento em 15 de setembro de 2040 e composto de principal (amortizado mensalmente) e juros (amortizados mensalmente).

Cronograma de amortização da dívida

O empréstimo tem seu vencimento assim programado:

Vencimento	31/12/2024
2026	1.698
2027	1.820
2028	1.974
2029	2.118
2030 a 2040	35.969
	43.579

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos—Continuação

a) Empréstimo - Banco do Nordeste do Brasil

Entre os meses de maio a dezembro de 2022, nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº 187.2020.991.6274 celebrado entre a Companhia e o Banco do Nordeste do Brasil S.A, a Companhia concluiu totalmente o processo de captação, totalizando a liberação de R\$49.567, sendo R\$44.611 no mês de maio de 2022 e R\$4.957 no mês de dezembro de 2022, com vencimento final em setembro de 2040. Sobre a dívida incide a taxa de Juros dos Fundos Constitucionais -TFC, apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,991% ao ano.

Garantias

Cláusula décima nona nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2020.991.6274:

Fiança bancária garantindo 100% do saldo devedor, mantida até a efetiva liquidação da operação, ou alternativamente, pelo prazo de um ano, com obrigatoriedade de renovação das fianças bancárias com antecedência mínima de 60 dias em relação ao seu vencimento. Caso a fiança bancária não seja renovada, o BNB poderá declarar o vencimento antecipado da dívida.

Parágrafo único: a Fiança poderá ser reduzida a cobertura de 15% (quinze por cento) do saldo devedor do financiamento, desde que atendida as seguintes condições: a) aumento do valor do Fundo de Liquidez constituído na Cláusula - Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, para R\$1.873 ou o equivalente a 3,78% do valor efetivamente desembolsado, mantido até a integral liquidação do financiamento, b) Conclusão física e financeira do projeto. Em 31 de dezembro de 2024 a companhia possui o valor de R\$1.992 mantidos em conta vinculada conforme demonstrado na nota explicativa 7.

b) Vencimento antecipado

O contrato do empréstimo da Companhia possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Debêntures

Em 28 de março de 2024 a Parnaíba Transmissão e Participações S.A quitou as debêntures da Simões Transmissora, liquidando as captações desta Companhia através de aporte de valores de adiantamento para futuro aumento de capital.

As debêntures são compostas da seguinte forma:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de debêntures	-	9.004	24/03/2024 (i)	Bullet	DI+7% a.a.
Encargos financeiros sobre debêntures	-	6.082			
Total	-	15.086			

(i) Na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 21 de dezembro de 2023, houve a deliberação sobre as Debêntures, prorrogando a data de vencimento para 24 de março de 2024.

A movimentação da debênture está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	Despesa de juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2023
1ª Emissão de debêntures	12.488	2.598	-	-	15.086
Total	12.488	2.598	-	-	15.086

	31/12/2023	Despesa de juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
1ª Emissão de debêntures	15.086	648	(9.004)	(6.730)	-
Total	15.086	648	(9.004)	(6.730)	-

10. Partes relacionadas

Mútuo a pagar

A Companhia durante o exercício de 2023 adquiriu um mútuo com a empresa do grupo, Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A, correspondente ao valor de R\$2.500, sem remuneração prevista. A liquidação ocorreu em fevereiro de 2024.

	31/12/2024	31/12/2023
Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.	-	2.500
Total	-	2.500

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas--Continuação

Dividendos a pagar

Segue abaixo os saldos de dividendos a pagar:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Parnaíba Trans. e Participações. S.A.	<u>3.124</u>	-
Total	<u><u>3.124</u></u>	<u><u>-</u></u>

Não houve no ano corrente remuneração da Administração, Diretores e membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não tinha contratos em aberto e não realizou outras operações envolvendo outras partes relacionadas.

11. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido nos exercícios de 2023 e 2024, conforme segue:

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro Presumido		
RAP faturada	25.055	17.170
Base presunção IRPJ 8%	2.004	1.374
Base presunção CSLL 12%	3.007	2.060
Receitas financeiras	217	208
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	2.221	1.582
IRPJ calculado no ano	(554)	(372)
Despesa de IRPJ	(554)	(372)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	3.224	2.268
CSLL calculado no ano	(300)	(205)
Despesa de CSLL	(300)	(205)
Movimentação do ativo contratual	4.710	22.718
(+) Provisão PVA	(584)	682
(+) CCT/DIT	(876)	1.842
(-) Receita anual permitida	1022	(1.022)
	4.272	24.220
Base presunção IRPJ 8%	342	1.938
Base presunção CSLL 12%	513	2.906
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	342	1.938
IRPJ calculado no ano	(85)	(484)
Despesa de IRPJ	(85)	(484)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	513	2.906
CSLL calculado no ano	(46)	(261)
Despesa de CSLL	(46)	(261)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(985)	(1.322)

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

11.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Despesa de IRPJ e CSLL

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial dos impostos a pagar	189	-
Impostos calculados no ano	853	577
Impostos deduzidos	(8)	(38)
Impostos pagos	(787)	(350)
Saldo final dos impostos a pagar	247	189

11.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Despesa de IRPJ e CSLL

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial dos impostos diferidos	7.311	6.566
Impostos calculados no ano	117	745
Saldo final dos impostos diferidos	7.428	7.311

12. Provisão para contrato oneroso

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	9.206	8.886
Remuneração	531	913
Variação monetária	-	(276)
Realização	(445)	(317)
Saldo final	9.292	9.206
Circulante	818	732
Não circulante	8.474	8.474

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. PIS e COFINS diferidos

Correspondem aos tributos diferidos calculados sobre os valores de receitas do ativo de contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Movimentação do ativo contratual da concessão	4.710	22.718
(-) Provisão PVA	(584)	682
(-) CCT/DIT (i)	(876)	1.842
(-) Receita anual permitida - PA (ii)	1.022	(1.022)
(-) Outras Movimentações	(101)	-
	<u>4.171</u>	<u>24.220</u>
Alíquota vigente	<u>3,65%</u>	<u>3,65%</u>
Total despesa PIS/COFINS diferido	<u>152</u>	<u>884</u>

(i) Refere-se a receita proveniente do acesso de outras concessionárias à suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão).

(ii) A parcela de ajusta representa a diferença entre a RAP homologada, líquida de perdas de quaisquer naturezas, e os avisos de crédito disponibilizados pelo ONS, o valor é descontado na RAP.

A movimentação de PIS e COFINS está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial PIS e COFINS diferidos	8.665	7.781
Impostos calculados no ano	152	884
Saldo final PIS e COFINS diferidos	<u>8.817</u>	<u>8.665</u>

14. Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências--Continuação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cível	7	3
Total	7	3

A movimentação de provisões para contingências está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial provisão para contingências	3	-
Provisão para contingências	4	3
Saldo final provisão para contingências	7	3

Em 31 de dezembro de 2024, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia referem-se à indenização de servidor. Adicionalmente, a Companhia possui um processo avaliado como perda possível no valor de R\$ 25 da mesma natureza.

Depósitos judiciais

Os processos provisionados são amparados, quando necessário, por valores de depósitos judiciais registrado no ativo e são destinados exclusivamente para atender as obrigações legais.

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cível	4	9
Total	4	9

15. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2024 é de R\$112.003 (R\$111.864 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 112.002.445 (111.863.944 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio Líquido--Continuação

Capital social--Continuação

	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Parnaíba Transmissão e Part.	112.002.445	112.002	100%	111.863.944	111.864	100%
	112.002.445	112.002	100%	111.863.944	111.864	100%

Em 21 de dezembro de 2023 houve um aumento de capital no valor de R\$3.415, com consequente emissão de 3.414.767 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas. Neste ato, houve a integralização das ações mediante a capitalização de créditos detidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital recebidos no ano de 2023.

Durante o exercício de 2024, houve um aumento de capital no valor de R\$139, com consequente emissão de 139 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, a um preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscritas e integralizadas.

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com o valor de R\$112.003 na rubrica de capital subscrito e integralizado.

Adiantamento para futuro aumento de capital

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	139	-
Recebido	15.680	3.554
Integralização do capital social	-	(3.415)
Saldo final	15.819	139

Em 28 de março de 2024 a Parnaíba Transmissão e Participações S.A, controladora da Companhia, quitou as debêntures da Simões Transmissora, através de aporte de valores de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 2025, o montante será integralizado ao capital social.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	13.153	13.093
Reserva legal 5%	(658)	(655)
 <i>Movimentação da reserva legal</i>		
Saldo inicial da reserva legal	1.998	1.343
Reserva legal do ano	658	655
Saldo final da reserva legal	<u>2.656</u>	<u>1.998</u>

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	13.153	13.093
Reserva legal (5%)	(658)	(655)
Base para dividendos	<u>12.495</u>	<u>12.438</u>
alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>3.124</u>	<u>3.110</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia auferiu lucro, de acordo com divulgado o estabelecido no estatuto social da Companhia, "do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	13.153	13.093
Reserva legal 5%	(658)	(655)
Constituição de reservas de lucros retidos	(9.371)	(12.438)
Dividendos mínimos obrigatórios	3.124	3.110
Proposta de constituição de reserva de lucros a realizar	-	-
Movimentação da reserva de lucros a realizar		
Saldo inicial da reserva de lucros a realizar	28.622	25.512
Reserva de lucros a realizar no ano	-	3.110
Reserva de lucros realizada	(3.110)	-
Saldo final da reserva de lucros a realizar	<u>25.512</u>	<u>28.622</u>

Reserva de lucros retidos

Essa reserva é constituída com saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas; O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei nº 6.404/76.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	13.153	13.093
Reserva legal 5%	(658)	(655)
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.124)	(3.110)
Reserva de lucros retidos	9.371	9.328
Saldo inicial da Reserva de lucros retidos	9.328	-
Constituição de reservas de lucros retidos	9.371	9.328
Saldo final da reserva de lucros retidos	<u>18.699</u>	<u>9.328</u>

No exercício de 2024 a reserva de legal, as reservas de lucros a realizar e reserva de lucros retidos totalizaram R\$ 46.867 (R\$ 39.948 em 31 de dezembro de 2023).

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de remuneração do ativo contratual da concessão	23.002	25.749
Receita de operação e manutenção	4.286	3.020
Margem de operação e manutenção	703	932
Receita de construção	-	10.654
Margem de construção	-	259
Outros	1.643	777
Receita operacional bruta	29.634	41.391
Encargos do consumidor	(340)	(199)
Encargos e multas regulatórias	585	(682)
PIS e COFINS	(935)	(627)
PIS e COFINS diferido	(137)	(884)
Total de deduções da receita	(827)	(2.392)
Total	28.807	38.999

17. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo com construção (i)	-	(10.247)
Materiais	(311)	(159)
Custo com serviços tomados de terceiros	(5.182)	(3.690)
Custo com energia elétrica	(135)	(291)
Arrendamentos e Aluguéis	(722)	-
Seguros	(180)	-
Custo com impostos e taxas	-	(658)
Provisão para contrato oneroso	(96)	(320)
Demais custos	(259)	(5)
Total	(6.884)	(15.370)

(i) Refere-se a custo de construção da linha de transmissão.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pessoal	(276)	(8)
Serviços tomados de terceiros	(993)	(1.700)
Arrendamento e aluguéis	(18)	(5)
Seguros	(10)	(26)
Impostos e taxas	(110)	(447)
Depreciação	(3)	(5)
Outras despesas gerais e administrativas	(150)	(551)
Outras despesas operacionais	41	-
Total	(1.519)	(2.742)
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(1.519)	(2.742)
Outras despesas operacionais	-	-
Total	(1.519)	(2.742)

19. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Juros e variações monetárias (i)	(3.203)	(5.217)
Multa e acréscimos moratórios	(326)	(346)
IOF, Comissões e Taxas	(818)	(42)
Serviços bancários, garantias e fianças	(2.000)	(1.018)
Tarifas bancárias	(18)	(7)
Outras despesas financeiras	(118)	(50)
Despesas financeiras	(6.483)	(6.680)
Receita com aplicação financeira	217	208
Impostos sobre receita financeira	-	-
Receita financeira	217	208
Resultado financeiro líquido	(6.266)	(6.472)

(i) O valor de juros de empréstimos e financiamentos e debêntures no ano de 2024 foi R\$2.555 e R\$648 (R\$2.619 e R\$2.598 em 2023), respectivamente.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Aplicações financeiras	2	3.083	2.338
Títulos e valores mobiliários	2	1.992	1.134
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Caixa e banco		3	887
Contas a receber de clientes		3.615	3.304
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Fornecedores		750	259
Empréstimos e financiamentos		45.279	46.894
Debêntures		-	15.086
Contrato de mútuo - parte relacionada		-	2.500

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 1 e apresentam-se pelo valor contratual.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

Risco de crédito

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. A Companhia tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

20.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

21. Seguro

	Modalidade	Importância segurada	Período de vigência
Tokio Marine Seguradora	Riscos operacionais	216.539	14 de junho de 2024 até 14 de junho de 2025
Chubb Seguradora	Risco Civil	10.000	08 novembro de 2024 a 08 de novembro de 2025

Diretoria

Paulo André Garcia de Souza
Diretor

Carlos Eduardo Zazur
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Iran Oliveira Reis
Contador CRC SP 204136